Previni
Instituto de Previdência
dos Servidores Municipais
de NOVA IGUAÇU

RELATÓRIO

CONTROLE INTERNO

2º TRIMESTRE

EXERCÍCIO 2021

SUMÁRIO

DIRETORIA EXECUTIVA	03
INTRODUÇÃO	04
BENEFÍCIOS E SEGURADOS	05
FOLHA DE PAGAMENTO	09
INVESTIMENTOS	12
PROCURADORIA JURÍDICA	16
ARRECADAÇÃO	17
COMPENSAÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA	17
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	19
TRANSPARÊNCIA	24
ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO	26
RECOMENDAÇÕES	27
CONCLUSÃO	29

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE

ANDERSON DA SILVA MOREIRA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

LEONARDO DE FARIA TORRES

DIRETOR DE BENEFÍCIO

MARCELLO RAYMUNDO DE SOUZA CARDOSO

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por este órgão de Controle Interno, criado e regido pela Lei Municipal nº 3.446/2002, com o fito de análise das atividades desenvolvidas nos setores do PREVINI, no período compreendido entre **ABRIL A JUNHO de 2021.**

Para a realização deste trabalho, esta Unidade de Controle Interno considerou o seu escopo e se baseou nos Procedimentos e Técnicas de Controle que compreende o exame de documentos, a observação física de bens, o comparativo entre previsão e execução orçamentária, a entrevista com servidores e com a Diretoria Executiva (Benefício, Administrativo/Financeiro e Presidente), a análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou não dos controles existentes, bem como a conformidade legal e a adequação com os requisitos estabelecidos no Manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

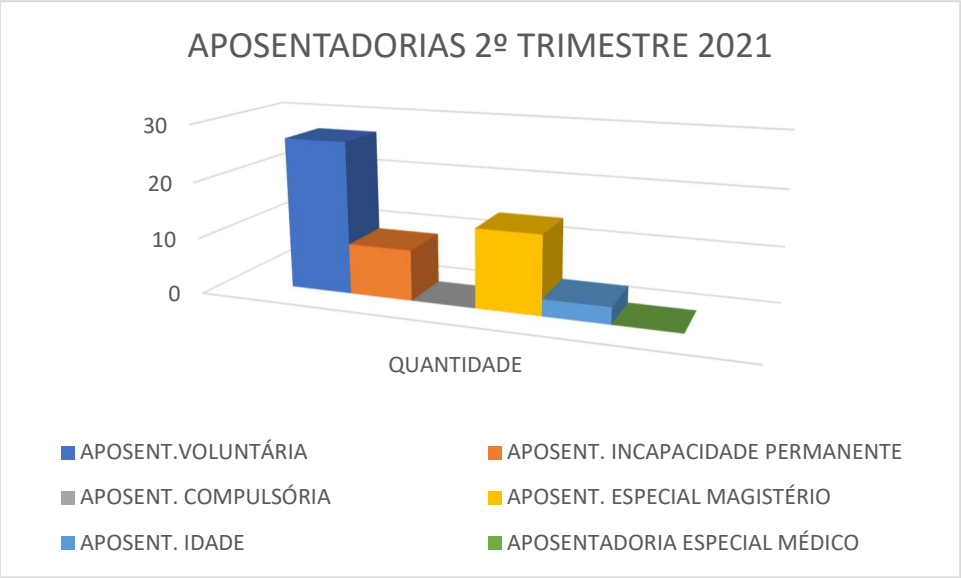
ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na aderência do PRÓ- GESTÃO referente ao Nível III, a fim de verificar a conformidade e gerações de informações para tomada de decisão do Gestor desta Entidade, baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das atividades inerentes à cada área.

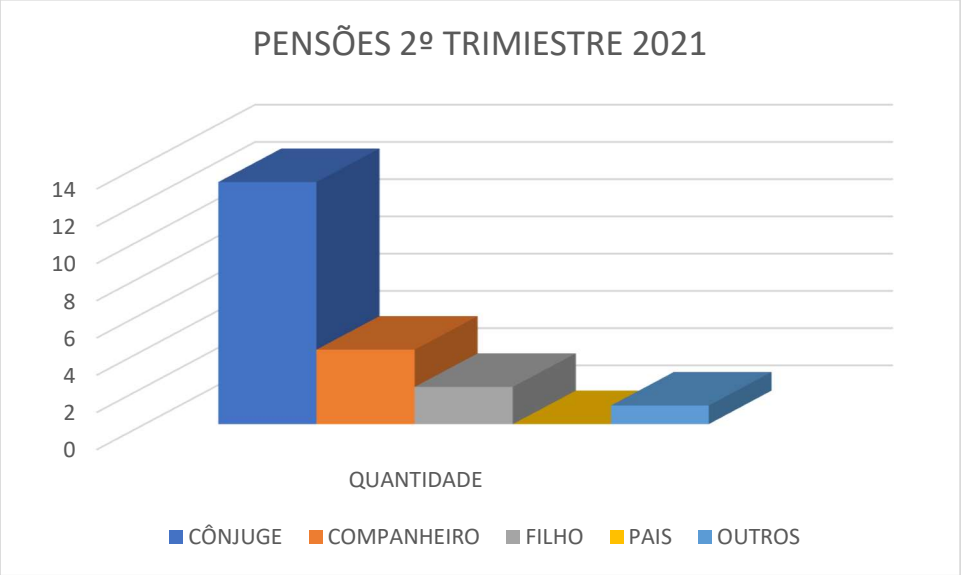
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Foram concedidas **73** (setenta e três) benefícios no **segundo** trimestre do exercício de 2021, **conforme planilha demonstrativa abaixo:**

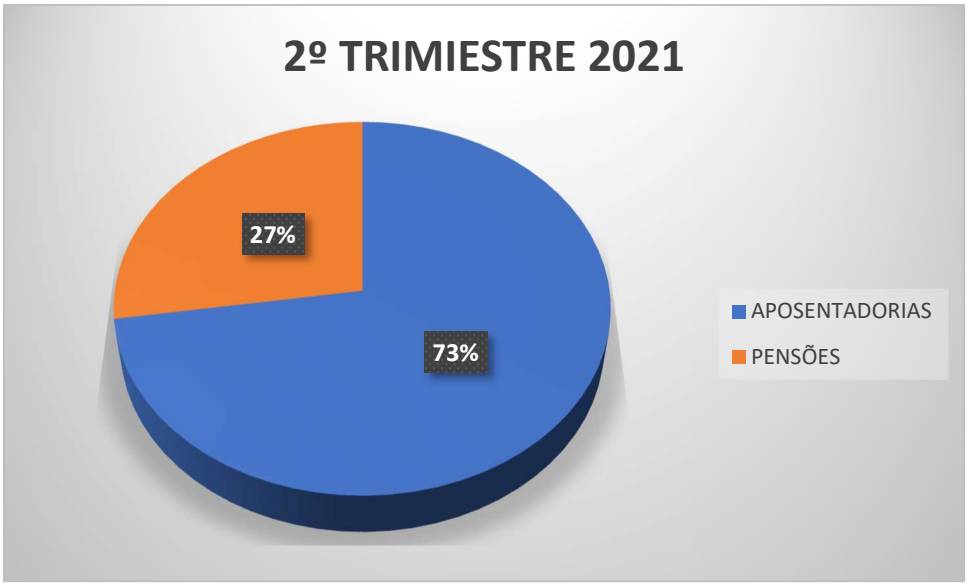
APOSENTADORIA	
QUANTIDADE	**TIPO**
27	APOSENT.VOLUNTÁRIA
09	APOSENT. INCAPACIDADE PERMANENTE
0	APOSENT. COMPULSÓRIA
14	APOSENT. ESPECIAL MAGISTÉRIO
03	APOSENT. IDADE
0	APOSENTADORIA ESPECIAL MÉDICO
TOTAL 53	



PENSÃO POR MORTE	
QUANTIDADE	**TIPO DE BENEFICIÁRIO**
13	CÔNJUGE
04	COMPANHEIRO
02	FILHO
0	PAIS
01	OUTROS
TOTAL 20	



2º TRIMESTRE EXERCÍCIO 2021	
QUANTIDADE	**TIPO**
52	APOSENTADORIAS
16	PENSÕES
TOTAL 68	**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**



Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta Unidade de Controle considerou amostra total de 20% (vinte por cento) para análise dos processos para concessão benefícios, sendo 15 (quinze) de aposentadorias e 05 (cinco) de pensões.

Os processos foram selecionados a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidas com as legislações vigentes.

Em analise aos processos, verificou-se que as concessões obedeceram as formalizações quanto à legislação, sua manualização e mapeamento, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Em entrevista com os gestores da área esta unidade de controle informou sobre a necessidade da construção de Indicadores Performance para verificarmos, a partir dos os mecanismos de controles, a qualidade dos processos e, com isso, identificarmos os gargalos pela busca contínua de melhoria e eficiência dos processos.

Nesta mesma esteira, o setor responsável informou que já existe um chamado de desenvolvimento de relatórios junto ao software de controle de processos de benefícios SOFTPREV, para poder medir a partir de diversos filtros conforme a necessidade, conforme já identificado nos relatórios anteriores.

Inicialmente, a partir do desdobramento da entrevista, pelo fato de existirem inúmeras peculiaridades quanto à concessão de benefícios no que tange às classes profissionais, tipos e formas de concessão, ficou estabelecido como um indicador o TEMPO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA para medir e identificar o prazo de concessão dos benefícios.

Neste trimestre, para análise foi considerado isoladamente a concessão de aposentadoria dos servidores de Serviços Gerais por tempo de Contribuição no período do presente relatório por critério de amostragem.

A título de esclarecimento, a referida análise foi efetuada com os processos de aposentadorias concedidas no período do mês de junho de 2021, a fim de

verificar o quantitativo de dias que demandaram as concessões de aposentadorias.

Conforme os testes de conformidade já citados acima, verificamos que a média de dias desde o pedido de aposentadoria até a sua devida concessão, dos processos analisados, foram de 69 (sessenta e nove) dias.

Foi constatado uma diferença de 18 (dezoito) dias entre o processo com menor número de dias para o maior número de dias do benefício concedido. Sendo o menor em 57 (cinquenta e sete) e o maior 75 (setenta e cindo) dias.

Destarte, cumpre informar que esse diagnóstico foi elaborado para demonstrar a média de dias para concessão de aposentadoria.

Em relação ao diagnóstico do relatório do trimestre anterior, podemos dizer que as concessões de aposentadorias para os professores demandam mais tempo do que a da classe de auxiliar de serviços gerais.

A partir dos dados acima apresentados, para os próximos relatórios, concomitantemente com os gestores da área, serão levantadas as estratégias para o estabelecimento de metas a serem atingidas no intuito de melhorar os processos e os indicadores.

FOLHA DE PAGAMENTO

Conforme a estrutura do PREVINI, definida no Anexo VII, inciso XII da Lei 3.446/02, a Folha de Pagamento está inserida dentro das atribuições da Divisão de Recursos Humanos.
Entre as demais atividades pertencentes à área, cumpre à Folha de Pagamento: ...

> “controlar as atividades relacionadas ao processamento da folha de pagamento dos inativos, pensionistas e ativos do PREVINI, mantendo os controles estabelecidos pelas normas internas e legislação vigente;”

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações no trimestre:

TIPO	ABRIL	MAIO	JUNHO
APOSENTADORIA PMNI	R$ R$ 11.534.034,83	R$ 11.554.098,35	R$ 11.724.090,82
PENSIONISTA PMNI/CMNI	R$ 2.663.212,22	R$ 2.689.726,19	R$ 2.693.798,40
APOSENTADORIA CMNI	R$ 131.616,86	R$ 131.616,86	R$ 131.616,86
Total	**R$ 14.328.863,91**	**R$ 14.375.441,40**	**R$ 14.549.506,08**

Em relação às folhas de pagamentos do período, devido as concessões de benefícios, houve um decréscimo em relação ao trimestre anterior.

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que desabonasse a condução do processo desde a abertura até o pagamento.

Controle do valor final pago pela FOPAG:

Após o input dos dados da aposentadoria ou pensão no sistema de folha de pagamento, a Div. De RH/ FOPAG de posse do processo de aposentadoria/pensão faz a conferência dos parâmetros definidos na matrícula do beneficiário, alterando-o, caso necessário, e após, é feito o desbloqueio do benefício. A partir desta fase considera-se que o benefício está em folha de pagamento, apto a ser calculado.

Há processos que tramitam na FOPAG com o fim de promover alterações nos benefícios, quer por influência de uma Apostila de Fixação de Proventos ou

mesmo em razão de outro ato qualquer, que tenha a finalidade de alterar o benefício fixado.

Além de registrar no sistema de benefícios toda a alteração efetivada na folha de pagamento, a Divisão de RH/FOPAG lança mão também de um segundo e não menos importante instrumento que viabiliza o controle dos valores lançados em folha. Trata-se da Planilha de Registro de Alterações da FOPAG. Nesta Planilha, gerada em Excel, todas as alterações, processo por processo, são registradas para que, ao final, possamos comparar o valor final da Folha de Pagamento com o resultado da Planilha. Desta forma é possível identificar de qual processo surgiu a divergência, caso exista, possibilitando a devida correção.

Controle dos Óbitos:

O controle da exclusão dos benefícios por óbito do segurado vem sendo realizado através de cruzamento da base de dados do PREVINI com o sistema SISOB (consiste em um banco de dados, com registros de óbitos nacional, alimentado pelos cartórios de todo o Brasil, administrado pelo INSS em parceria com a DATAPREV).

Atualmente o controle pelo SISOB vem sendo gradualmente substituído pelo SIG-RPPS (Sistema de Informações Gerenciais – RPPS), que, segundo a Secretaria de Previdência, é uma ferramenta que possibilita ao usuário realizar consultas, por meio de relatórios, decorrentes do resultado cruzamento de dados e do CNIS/RPPS com outras bases de dados.

Neste cruzamento, poderão ser verificados acúmulo indevido de cargos no Regime Geral e Previdência Social-RGPS ou em outro RPPS, descumprimento do teto remuneratório, recebimento de benefícios tanto de RPPS como de RGPS ou Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e a identificação da existência de óbito, entre outras informações relevantes para a gestão dos RPPS.

Controle para *Stakeholders*

Todo mês é confeccionado um ofício para Prefeitura informando as aposentadorias que entraram na folha do PREVINI naquele mês, sinalizando à Secretaria de Administração os servidores que se aposentaram naquele mês, possibilitando a exclusão destes da folha de pagamento da PCNI, evitando a duplicidade de pagamentos.

INVESTIMENTOS

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Lei 402/08.

As aplicações foram disponibilizadas de forma sintética conforme planilhas abaixo segregadas em carteira de rendimentos Fixa e Variável. Os quadros analíticos encontram-se no portal da transparência, onde são discriminados cada fundo de investimento e suas assets.

Conforme consta em relatório analítico do mês de **junho** disponibilizado pelo setor de investimentos, verificou-se que o instituto tem aplicado **R$ 945.972,95** (novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais, e noventa e cinco centavos) em seus fundos no de renda fixa e variável.

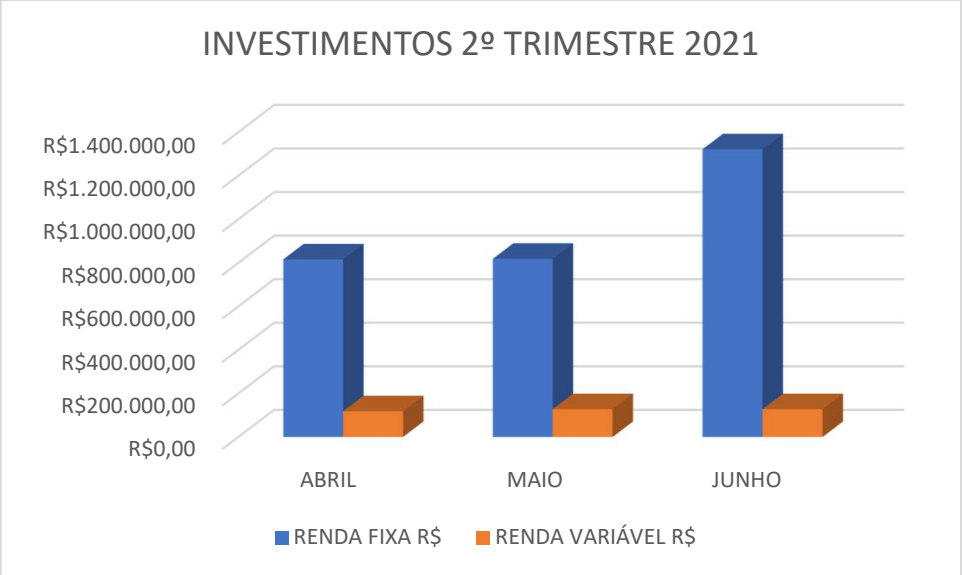
Em análise ao relatório referido acima, verificamos que houve apreciação dos conselhos.

Outro ponto de análise da operação foi a verificação da autorização no que tange à legalidade da operação, onde restou evidenciado que está em consonância com o que determina a Resolução nº 3.922/2010.

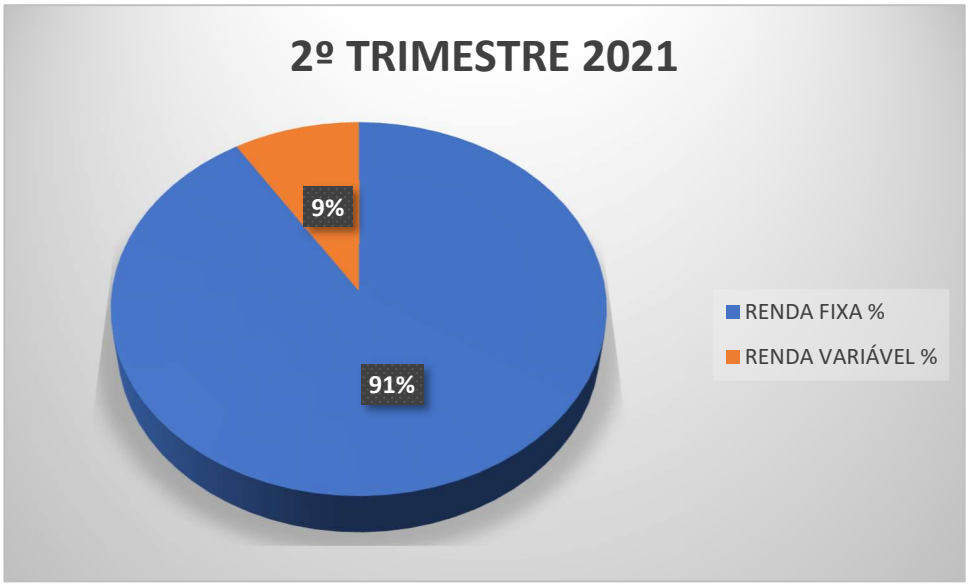
As informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado juntamente com as atas do comitê de investimentos, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

O Responsável pela área de investimentos disponibilizou os saldos dos investimentos abaixo.

MÊS	RENDA FIXA R$	RENDA VARIÁVEL R$
ABRIL	R$ 815.639,42	R$ 118.261,43
MAIO	R$ 818.186,91	R$ 127.786,04
JUNHO	R$ 1.321.162,01	R$ 127.772,30



APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %
2º TRIMESTRE	91%	09%



META DE RENTABILIDADE NO PERÍODO	**2,28 %**
RETORNO ACUMULADO NO PERÍODO	**2,97%**

Em relação a meta de retorno pudemos verificar que conforme o quadro disponibilizado acima, neste período o setor de investimento ultrapassou a meta estipulada. Tais informações foram extraídas dos relatórios da empresa de consultoria especializada disponibilizados pelo Setor Responsável.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência. Além de guardarem paridade com os dispositivos das Portarias MPS 519/2011 e 170/2012.

Cumpre destacar que, no intuito de salvaguardar a segurança da informação e resguardar o instituto, é salutar estudar a possibilidade de colocar as assinaturas em modo eletrônico, com o fito de evitar possíveis fraudes, tendo em vista que

as APRs disponibilizadas no portal da transparência não estarem assinadas pelos gestores e ordenadores de despesas.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos estão com suas certificações em dia.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações.

O Setor responsável pelo investirmos, disponibilizou os relatórios analíticos de investimentos dos meses de **abril a junho**, onde é demonstrado a situação financeiras dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos.

Os relatórios foram devidamente apreciados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Conforme solicitação em entrevista, as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria especializada foram disponibilizados pelo setor responsável a fim de verificar as informações apresentadas.

A Política de Investimentos para o ano de 2021 elaborada pelo Comitê de Investimentos, e aprovada pelo Conselho de Administração, é demonstrada no portal da transparência.

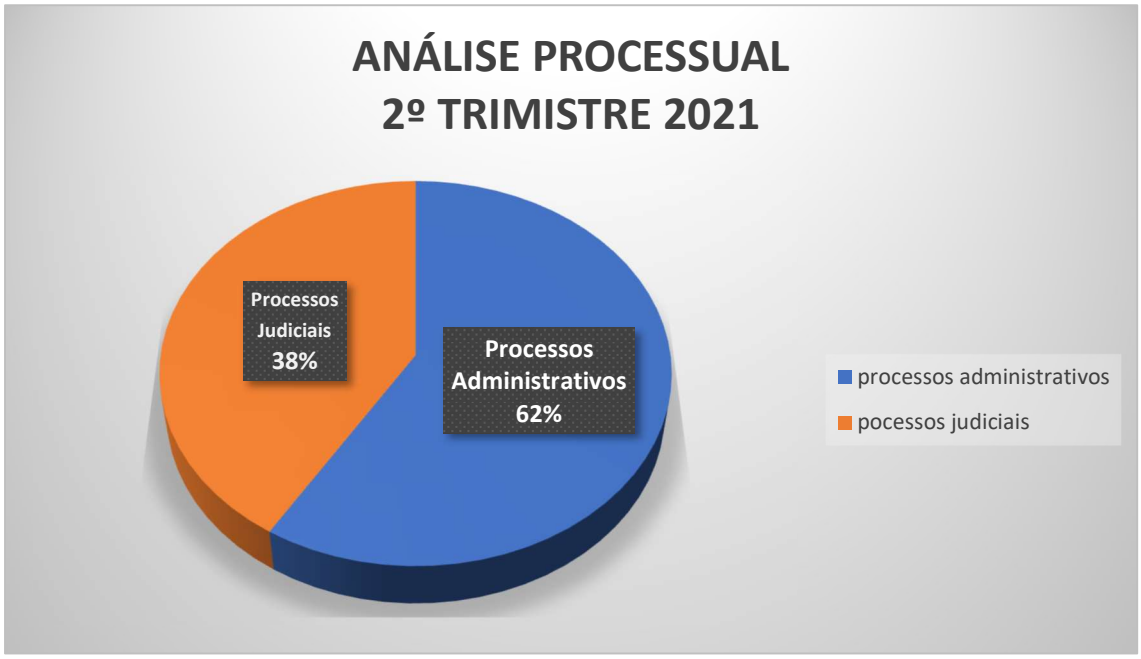
Cumpre informar que, em entrevista com o setor responsável, ficou estabelecido que para os próximos relatórios o setor deve apresentar pelo menos um indicador de desempenho a fim de buscar a melhoria e a salvaguarda dos recursos investidos.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

PROCURADORIA JURÍDICA

A Procuradoria Jurídica é a responsável pela representação extrajudicial e judicial do instituto, assim como pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico, com atuação interna no âmbito administrativo, e na atuação externa representando o instituto nos órgãos como Ministério Público e os Tribunais estaduais e federais.

A Procuradoria Jurídica no período de **abril a junho** de 2021, atuou em 80 (sessenta) processos administrativos emitindo pareceres conclusivos nos assuntos de aposentadorias, pensões, acumulações de cargos, e contratações, bem como atuou em 48 (quarenta e oito) processos judiciais junto às varas cíveis.



ARRECADAÇÃO

Como uma das atribuições do setor de arrecadação é de acompanhar, registrar e cobrar as arrecadações das contribuições previdenciárias e outras receitas, com vistas a espelhar as movimentações financeiras da Instituição, de acordo com a legislação aplicável.

Em entrevista com o Setor de Contabilidade, que demonstrou as contribuições do trimestre em relatórios extraídos dos Livros Razões de suas contas tanto de forma sintética como de forma analítica, denotando conformidade nas contabilizações dos saldos arrecadados pelo instituto, conforme demonstrado no site: http://www.previni.com.br/index.php/financeiro/balancos-menu . Cumpre salientar que, as contribuições lançadas por regime de Competência.

Por fim, o setor de contabilidade apresentou os ofícios de cobranças junto a PCNI, esclareceu a respeito das receitas financeiras oriundas de multas e juros, bem como seus demonstrativos contábeis devidamente assinados.

COMPENSAÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA

O Sistema de COMPREV foi desenvolvido para possibilitar a Compensação Previdenciária entre o INSS e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A versão do Novo COMPREV 2020, traz como principal mudança a possibilidade de Compensação entre a maioria dos Regimes Próprios de Previdência.

O setor de COMPREV, possui os Manuais de Análise de Requerimentos e de Envio de Requerimentos. Com isso, foi solicitado que o setor disponibilizasse as

informações geradas pelo Sistema de Compensação Previdenciária a fim de analisar os procedimentos dos processos recebidos e enviados pelo Instituto.

EM análise aos relatórios disponibilizados pudemos constatar que o setor de COMPREV mensalmente extrai os extratos do sistema a título de controle dos processos enviados e recebidos, para disponibilizar os valores recebidos para o setor de contabilidade.

Cumpre informar que nesse trimestre, após análise dos relatórios disponibilizados pelo setor, constatou-se que um montante bloqueado citado nor relatório do 1º trimestre, foi desbloqueado e compensado em abril de 2021. Com isso o montante acumulado no trimestre totalizou o valor de R$ 7.173.402,54 (sete milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e dois reais , e cinquenta e quatro centavos)

Neste período, conforme relatório disponibilizado pelo setor, dos processos enviados existem 18 (dezoito) que estão em situação de análise junto ao sistema da DATAPREV.

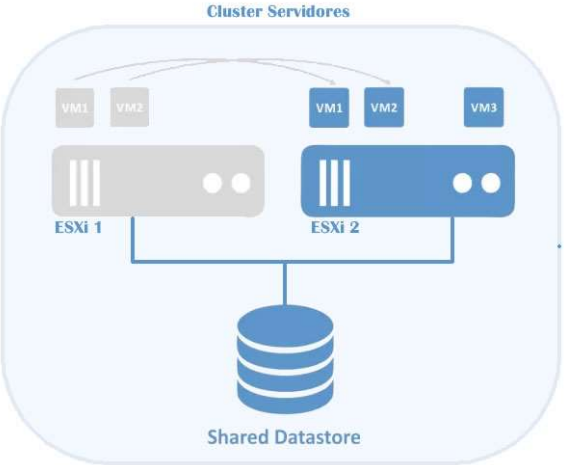
Desta forma, os processos de envios e análises do setor analisado encontra-se em conformidade com os procedimentos estipulados nos mapeamentos e manuais.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONTINGÊNCIA:

Atualmente no PREVINI utilizamos 02 (dois) clusters, um para redundância de servidores virtuais e outro para redundância de desktops virtuais.

O PREVINI utiliza para gerenciamento dos Hosts de seu datacenter uma ferramenta chamada VMware ESXi na versão 6.7, através dessa ferramenta podemos gerenciar o Cluster de Servidores que é composto por 2 Servidores físicos com o Sistema Operacional ESXi.

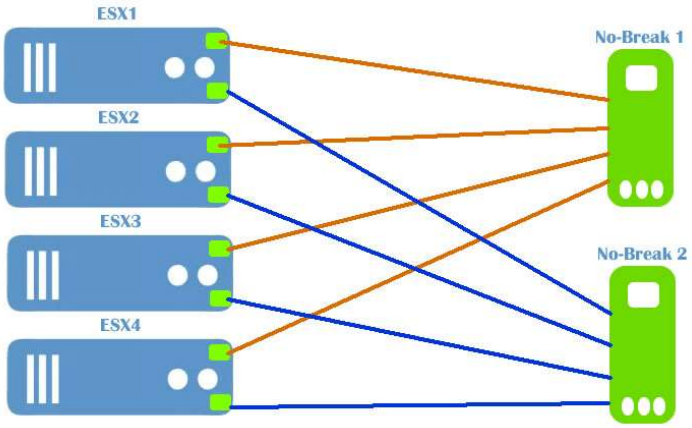


Para ficar mais claro, podemos verificar na imagem acima que quando um servidor físico (ESXi1) apresentar falhas, teoricamente os servidores virtuais (VM) gerenciado por esse servidor (ESXi1) também poderiam apresentar falhas, mas em se tratando de um cluster de servidores, podemos utilizar um serviço chamado de HA (High Availability) para fazer com que todas as VM (Virtual Machine) possam migrar automaticamente para o outro servidor (ESXi2) e fazendo com que os serviços disponibilizados não pare. Nessa situação, os dois servidores recebem o tráfego de forma igualmente distribuída. Porém, em momentos de falha em um deles, o dispositivo redireciona o seu tráfego para o

servidor que continua funcionando. Dessa forma, a operação se mantém normal, permitindo que o erro seja reparado sem custos para a organização.

Fontes de energia

No PREVINI atualmente utilizamos servidores físicos onde todos eles são providos de fontes de energia redundante, isso significa que caso uma fonte apresente problema, a outra fonte supri a necessidade para que o servidor não pare de funcionar, até que a fonte que apresentou falha seja trocada.



Utilizamos 02 (dois) no-breaks onde interligamos fonte de energia de cada servidor em nobreaks diferentes, conforme ilustrado no desenho acima. Assim podemos garantir que além da redundância das fontes de energia, podemos contar com a redundância de no-breaks.

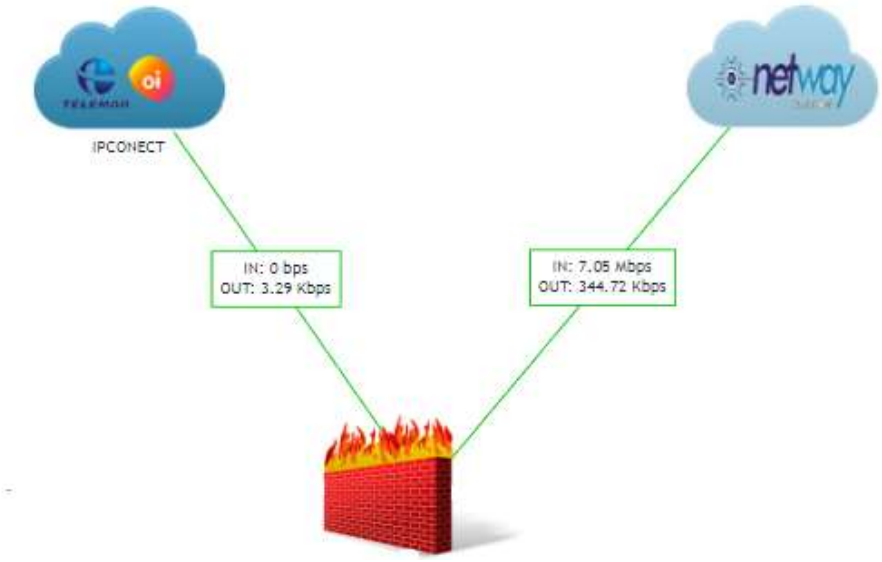
Redes

A redundância de rede envolve a repetição de equipamentos modulares de fornecimento de rede e, pelo menos, duas conexões diferentes com a internet. A ideia é garantir a conexão mesmo no caso de falha de um componente ou serviço.

Logo, se o provedor de internet do PREVINI sofre alguma falha, precisamos de uma opção alternativa para continuar operando, o que pode ser, por exemplo, uma conexão com outro provedor.

Em alguns casos, é interessante que essa conexão secundária ou terciária seja sem fio, para situações em que o problema é físico, como a queda de um poste na região em que passam todos os cabos de provedoras.

No PREVINI dispomos de 02 (dois) links de internet redundantes, é de extrema importância que esses links sejam de operadoras diferentes. Utilizamos um link de fibra ótica (Oi Telemar) e um link via rádio frequência (NetWay Telecom).



Quando uma operadora apresenta falha na comunicação, outro link entra em ação de forma automática sem que os usuários percebam.

Gateways

Name	RTT	RTTsd	Loss	Status
WANGW	0.0ms	0.0ms	100%	Offline
WAN_NETWAYGW	4.0ms	3.4ms	0.0%	Online

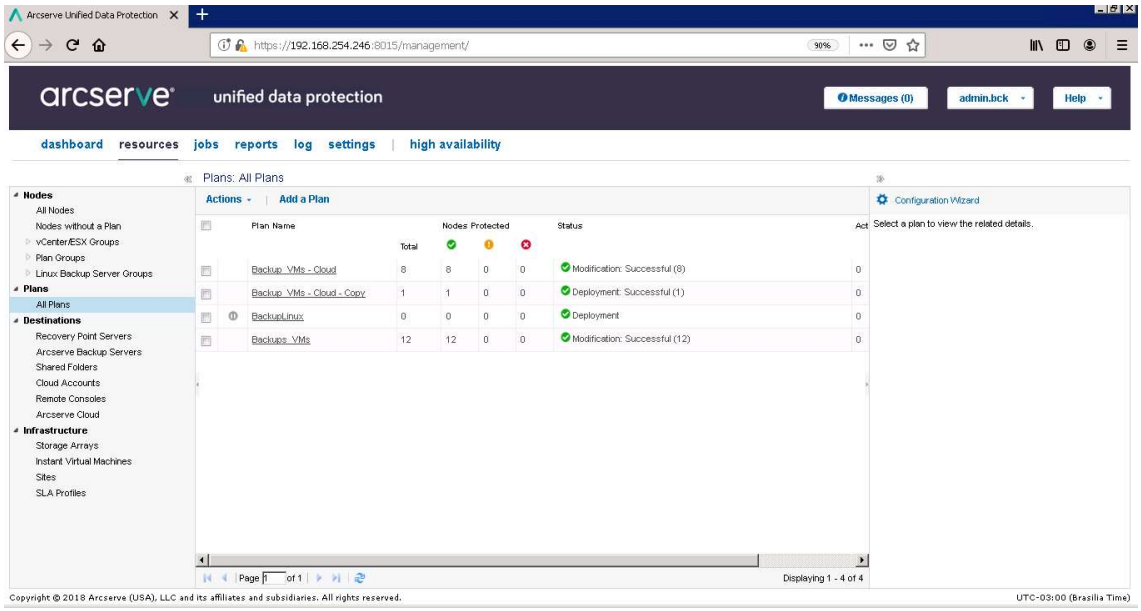
Dados

O PREVINI utiliza em sua estrutura um equipamento chamado “Storage” que é uma expressão em inglês que remete a soluções de armazenamento, gerenciamento e proteção aos dados. O armazenamento de dados é uma responsabilidade de departamentos de TI, sendo um dos principais

componentes de datacenters. Caso qualquer um dos discos venha a falhar, a controladora é capaz de calcular e recuperar em tempo real os dados contidos no disco defeituoso, permitindo assim que o sistema continue operando mesmo sem um dos discos.

Backup

Para a nossa estrutura atual utilizamos basicamente 2 (dois) planos de backup (Backup VMs – Cloud e Backups VMs) conforme pode ser visto na tela abaixo:



Os backups são feitos em disco no datacenter do PREVINI e após a conclusão uma réplica desse backup é enviada via internet para outro datacenter contratado pelo PREVINI. O tipo de backup utilizado é o “Incremental” que é executado de segunda a segunda as 18:00h.

Como utilizamos, servidores virtuais, os backups podem ser restaurados como servidores inteiros que apresentou falhas ou até mesmo um único arquivo “.docx” de forma granular.

Utilizamos uma ferramenta de backup que faz a “deduplicação” o que faz termos uma melhor compactação de dados e permitir maior tempo de retenção das informações.

Diariamente, o setor de TI analisa se os backups foram concluídos de forma correta sem apresentar falhas.

Controle de Acesso:

Físico:

O acesso às informações físicas em grande parte ficam armazenadas em arquivos (Arquivo Geral e Arquivo Protocolo) trancados com chave, onde o responsável autoriza o acesso ao processos físicos.

As entradas ao Data Center têm acesso devidamente controlado. A entrada nesta área ou partes dedicadas, por pessoas não autorizadas (visitantes, prestadores de serviço, terceiros e até mesmo funcionários, sem acesso liberado), que necessitarem ter acesso físico ao local, sempre o farão acompanhados de pessoas autorizadas.

Lógico:

Podemos dividir o acesso lógico em 3 itens:

Acesso aos arquivos de rede: Os acessos aos arquivos são realizados e autorizados por grupos de acesso, esses são formados por funcionários de setores específicos com login e senha (Ex: grupo Cadastro pasta Cadastro). São criados diretórios/pastas com o mesmo nome dos setores e dado a permissão em cada pasta de setor de acordo com o seu determinado grupo de acesso. Onde podemos dizer que o setor de cadastro não tem permissão para acessar o setor financeiro por exemplo. Temos pastas com permissões limitadas somente de leitura ou até mesmo com a opção de não exclusão. As senhas de acesso são obrigatoriamente renovadas a cada 3 meses pelos usuários.

Não é permitida a gravação de arquivos particulares (músicas, filmes, fotos, etc.) nos drivers de rede, pois ocupam espaço comum limitado do departamento.

Acesso aos Sistemas de Gestão:

Utilizamos sistemas de gestão que englobam diversos módulos de acesso. Os acessos permitidos aos usuários se dão através de perfis de acesso para cada módulo especifico. O acesso e o perfil são criados de acordo com os departamentos/setores. Podemos exemplificar que o setor de cadastro tem o

perfil “*Gerente*” (responsável pelo setor) onde tem mais privilégios somente no módulo cadastro, tem também o perfil de “*Operador*” que deverá ter acesso às operações triviais relativas ao modulo cadastro e temos o perfil “*Consulta*”, como o nome já diz, apenas consulta informações relativas ao módulo.

As criações de perfis de acesso bem como a alteração são efetuadas pelo gestor dos sistemas (Administrador) da área de TI.

Os sistemas permitem a verificação de LOGs de acesso dos módulos.

Acesso a Internet:

A internet deve ser utilizada para fins corporativos, enriquecimento intelectual ou como ferramenta de busca de informações, tudo que possa vir a contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Instituto. O acesso às páginas e web sites é de responsabilidade de cada usuário ficando vedado o acesso a sites com conteúdo impróprios e de relacionamentos através de filtros de conteúdo.

Utilizamos ferramentas para proteção IPS (intrusion prevention sustem) que verifica alertando e bloqueando diversos ataques na internet.

Utilizamos também o bloqueador de spammers, ads, proxies baseado em listas de IPs através de geolocalização de países.

TRANSPARÊNCIA

O PREVINI tem buscado assegurar a atualização do site http://www.previni.com.br/ onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balancetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração, Fiscal e Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

ANÁLISE DE ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO

Em determinação à adesão ao Programa Pró-Gestão, para fins de certificação em determinado nível desejável deve ser analisado se o Instituto atingiu as 24 (vinte e quatro) ações avaliadas.

Para verificar essas ações, foi instituído um check-list para constatar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró-Gestão.

Após análise do Check-list, verificou-se que das 24 (vinte e quatro) ações, o Instituto contempla 22 (vinte e duas) ações que equivalem a 92% noventa e dois por cento).

ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO PRÓ – GESTÃO		**CONTEMPLAÇÃO REQUISITO**	
		SIM	**NÃO**
AÇÕES	**CONTROLE INTERNO**		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	X	
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	X	
4	Estrutura de Controle Interno	X	
5	Política de Segurança da Informação	X	
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas	X	
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
7	Relatório de Governança Corporativa	X	
8	Planejamento	X	
9	Relatório de Gestão Atuarial	X	
10	Código de Ética da Instituição	X	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor		X
12	Política de Investimentos.	X	
13	Comitê de Investimentos	X	
14	Transparência	X	
15	Definição de limites de alçadas	X	
16	Segregação das atividades	X	
17	Ouvidoria	X	
18	Diretoria Executiva	X	
19	Conselho Fiscal	X	

20	Conselho Deliberativo	X	
21	Mandato, representação e recondução	X	
22	Gestão de Pessoas	X	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação	X	
24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade		X

RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA PRÓ-GESTÃO:

Como desafio para fortalecimento da Gestão do Instituto a PREVINI necessita de OPORTUNIDADES DE MELHORIAS (OM):

1. OM: Estabelecer indicadores de desempenho dos processos para analisar seu desempenho.

***RESPOSTA**: Em entrevistas com as áreas analisadas, foi informado da necessidade de criação de indicadores de desempenho, onde as áreas se comprometeram em iniciar um estudo e apresentar os indicadores para o próximo relatório.*

2. OM: Estudar a viabilidade de implantar uma área de apoio a Gestão e Governança para identificar, analisar e propor melhoria nos processos de Gestão da PREVINI.

***RESPOSTA:** Item ainda não atendido.*

3. OM: Incluir as metas (quantitativas e qualitativas) a serem atingidas nas respectivas ações do Plano de Ação Institucional. Torna-se necessário também a validação e aprovação do Plano de Ação pelo Conselho

Deliberativo, como forma de demonstrar o compromisso institucional da PREVINI.

RESPOSTA: *As metas serão criadas a partir da criação dos indicadores de desempenho que estão sendo desenvolvidos.*

4. OM: Deixar claro para o próximo exercício os planos de ação do Instituto e o ente federativo com relação as ações estratégicos e as análises de amortizar o déficit atuarial

RESPOSTA: *Item ainda não atendido.*

5. OM: Deixar claro a materialização dos riscos identificados na Política nas atas de reuniões, caso ocorra.

RESPOSTA: *Item em desenvolvimento.*

6. OM: Faz-se necessário para um melhor alinhamento estratégico alinhar o Plano de capacitação junto a descrição das atribuições dos cargos e focando nas competências desejáveis e ter avaliação de desempenho para mensurar o desempenho dos treinamentos e capacitações para e direcioná-lo estrategicamente para atingimento dos seus objetivos estabelecidos.

RESPOSTA: *Item atendido*

Abaixo seguem os itens que não foram atendidos na referida auditoria.

Não atendimento de requisito: O Ente Federativo (Município de Nova Iguaçu) em elaborar o LTCAT e PPP para desenvolver ações voltadas à saúde e segurança do servidor, afim de diminuir custos com os auxílios beneficiários que impactam na gestão atuarial do Instituto.

CONCLUSÃO

Esta Unidade de Controle Interno realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos manuais, nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras que refletem adequadamente as operações.

Por fim, tendo em vista as recomendações supracitadas, informamos que serão pontos de avaliações para o próximo Relatório do 3º Trimestre de 2021.

RIO DE JANEIRO, 23 DE JULHO DE 2021.

Rafael Machado Da Costa
Controlador Interno